

A DÍVIDA NA PRÓXIMA REUNIÃO DO FMI

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Jornal do Brasil, 19.9.1988

O Fundo Monetário Internacional acaba de publicar seu relatório sobre o ano de 1987 que servirá de referência para os debates da sua próxima reunião anual, no final deste mês em Berlim. Os números que esse relatório revela são mais uma demonstração de que a situação dos países altamente endividados é insustentável, exigindo do sistema de poder econômico-financeiro internacional, que se reunir em Berlim, medidas visando uma solução definitiva para o problema.

Segundo o relatório, os países desenvolvidos cresceram em média 3,3 por cento em 1987 contra 2,5 por cento na América Latina. A diferença parece pequena, mas se lembrarmos que a taxa de crescimento populacional nos países industrializados está muito próxima de zero, enquanto é de quase 2,5 por cento na América Latina, concluiremos que a renda per capita entre os países altamente endividados (que são principalmente latino-americanos) continuou estagnada, enquanto nos países desenvolvidos crescia bastante. Nos países da Ásia, onde a dívida é pequena (exceto as Filipinas) e a taxa de crescimento da população alta, o PIB cresceu 6,8 por cento.

Taxas como esta foi o que o Brasil e a América Latina tiveram durante cinquenta anos, até o final da década de 70. Desde o início dos anos oitenta, entretanto, parou de haver crescimento na América Latina em geral e no Brasil em particular. A renda per capita da região em 1988 é inferior à de 1980. Na verdade esta década tem sido uma década perdida para a América Latina.

Por que? Não é difícil responder a esta pergunta. Basta buscar o único fato histórico de caráter econômico que atingiu toda a América Latina no final dos anos 70: a dívida externa. Uma dívida externa principalmente pública, que levou o setor público dos países da região a uma situação de falência, que, por sua vez, provocou um enorme déficit público causador de inflação, e, em seguida, quando começaram os processos de ajustamento, levou a enormes saldos comerciais, ou seja, a enormes transferências reais de recursos, que baixaram drasticamente a taxa de investimento de todos os países endividados e levaram à estagnação da renda per capita.

Os dirigentes do sistema econômico-financeiro internacional que se reunirão em Berlim estão cada vez mais conscientes do caráter insustentável dessa situação. Capitaneados pelo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, pelos ministros das finanças dos demais países do G-7, pelo presidente do Federal Reserve Bank, assessorados pelo gerente executivo do FMI e pelo presidente do Banco Mundial, e contando com a participação informal, mas efetiva dos presidentes mais influentes dos principais bancos internacionais, esse é um sistema de poder efetivo. Desde 1982 sua preocupação fundamental foi proteger os bancos, evitando uma crise financeira internacional. Foram bem sucedidos. Agora a expectativa é a de que se voltem efetivamente para a solução do problema dos países altamente endividados.

As linhas gerais dessa solução estão muito claras. A dívida tornou-se muito alta para ser paga, as transferências reais de recursos, incompatíveis com crescimento e estabilidade de preços nos países devedores. Para reduzir essas transferências, a alternativa de novos financiamentos não é realista (e eu acrescentaria que só é desejável de forma muito limitada). Logo, a única solução para o problema da dívida é a sua redução, é a securitização da dívida, a partir da existência de um enorme desconto no mercado financeiro secundário.

A reunião do FMI de Washington, em 1987, foi o momento da discussão das formas voluntárias, orientadas pelo mercado, para alcançar a redução da dívida. O Brasil tinha originalmente feito uma proposta de securitização negociada, mas afinal a securitização voluntária tornou-se o grande tema da reunião. Conforme disse recentemente Michel Camdessus, essa palavra securitização, quando foi primeiro pronunciada em 1987 pelo Brasil era "pornográfica", mas logo deixou de sê-lo.

Está claro entretanto hoje para todos - a reunião recentemente convocada pelo Secretário Geral da ONU, Perez de Cuellar, foi definitiva a respeito - que as formas de securitização voluntária, via mercado, da dívida, têm efeito limitado na solução do problema. Este necessita de uma solução global de securitização da dívida, com a criação junto ao FMI ou ao Banco Mundial de uma autoridade multilateral que troque a dívida dos países altamente endividados por títulos seus com desconto, e transfira esse desconto, sob a condição de uma política econômica interna coerente, aos países devedores. Propostas nesse sentido já foram feitas por várias entidades, inclusive pelo presidente do American Express Bank. O ministro das finanças do Japão revelou em Toronto que tem um plano semelhante. A esperança dos países altamente endividados é a de que em Berlim o tema da redução da dívida via esquemas globais e multilaterais se transforme no grande tema de debate. Mas para isso seria necessário não depender exclusivamente da evidente boa vontade de uma parte dos credores, e tratarmos nós, devedores, de fazermos nossas propostas e de exercermos várias formas de pressão para que elas sejam aceitas.